

## AFRO-BRASILEIROS NO TOGO: A HISTÓRIA DA FAMÍLIA OLYMPIO, 1882-1945

Alcione M. Amos<sup>1</sup>

A história do regresso dos afro-brasileiros à África mereceu a atenção de estudiosos em diversos países e em vários idiomas. Estas obras concentram-se nas comunidades afro-brasileiras radicadas na África Ocidental no século XIX, em territórios que passariam a ser o Benin (dantes Daomé) e a Nigéria. Não obstante, pouco se fala sobre as comunidades afro-brasileiras do Togo e de Gana.<sup>1</sup>

O objetivo deste estudo é ser uma pesquisa preliminar da história dos afro-brasileiros no Togo. Tomando como ponto de partida a história de uma das famílias mais proeminentes no Togo, os Olympios, a autora tenciona demonstrar a notável influência que a comunidade afro-brasileira teve sobre a vida política e econômica do país durante o período entre 1882 (pouco antes do início da colonização alemã) e 1945 (em meio ao período colonial francês, em fins da Segunda Guerra Mundial e no início do movimento da independência obtida em 1960).

---

<sup>1</sup> (Head of Information Access Services) Bibliotecária da Biblioteca Setorial do Banco Mundial. Washington D. C.

<sup>2</sup> Entre outros: Andrzej Krasnowolski, *Les afro-brésiliens dans le processus de changement de la Côte des Esclaves*, Warsaw, Polskiej Akademii Nauk, 1987; J. Michael Turner, "Les Brésiliens - the impact of former Brazilian slaves upon Dahomey" (Doutorado, Universidade de Boston, 1975); Pierre Verger, *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos, dos séculos XVII a XIX*, 2ª ed., São Paulo, Corrupio, 1987. Em 1836, um grupo de afro-brasileiros se estabeleceu em Acra, onde foram denominados de Tabong (uma corruptela do português "Tá bom"). Hans W. Debrunner, *A church between colonial powers: A study of the church in Togo*, London, Lutterworth Press, 1965, p. 37.

O fenômeno dos afro-brasileiros de regresso à África teve seu início na primeira metade do século XVIII e durou até princípios do século XX. Estudiosos do assunto calculam que aproximadamente 3.000 a 8.000 afro-brasileiros regressaram à África durante este período. Este movimento começou como um desejo natural dos escravos libertos de regressar à pátria que nunca haviam esquecido. Posteriormente, transformou-se numa reação contra a falta de oportunidades de progresso e contra as perseguições e as restrições levadas a cabo pelas autoridades brasileiras contra os negros.

De fato, diversas revoltas de escravos no Brasil, particularmente na Bahia, nas primeiras décadas do século XIX levaram o Governo a promulgar severas leis destinadas a controlar os negros. Depois da Revolta dos Malês de 1835 na Bahia, liderada por escravos muçulmanos, as restrições se intensificaram, especialmente contra os negros libertos, tendo-lhes sido negada a possibilidade de serem proprietários e sujeitando-os a severos impostos. Os negros libertos que tinham dinheiro ou relações sociais voltaram à África em busca de oportunidades econômicas. Muitos também foram deportados pelas autoridades brasileiras contra a sua vontade.<sup>2</sup>

De acordo com a tradição oral da família, Francisco Olympio Silva, fundador da família Olympio na África, nasceu em Salvador, Bahia, em 24 de julho de 1833, filho de pai de origem portuguesa e de mãe de origem africana e ameríndia. De fato, os historiadores mencionam os traços “asiáticos” dos membros da família Olympio como confirmação segura da ancestralidade ameríndia da família.

Ainda de acordo com a tradição oral da família, por volta de 1850, Francisco chegou à África a bordo de um dos navios negreiros pertencentes à família Cerqueira Lima. Os Cerqueira Lima eram renomados e

---

<sup>3</sup> Mariano Carneiro da Cunha, *Da senzala ao sobrado: arquitetura brasileira na Nigéria e na República Popular do Benin — From slave quarters to town houses: Brazilian architecture in Nigeria and the People's Republic of Benin*, São Paulo, Nobel/EDUSP, 1985, p. 14; Manuela Carneiro da Cunha, *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e a sua volta à África*, São Paulo, Brasiliense, 1985, pp. 210-216, 74-81; João José Reis, *Slave rebellion in Brazil*, Baltimore, Md., Johns Hopkins University Press, 1993; Pierre Verger, *Os libertos: sete caminhos na liberdade de escravos da Bahia no século XIX*, Salvador/São Paulo, Corrupio, 1992, pp. 58-59.

poderosos traficantes de escravos. Segundo estas mesmas tradições orais, Francisco nunca tinha sido escravo no Brasil. Foi acompanhado por um amigo chamado João Gonçalves Baeta, que também viria a ser o patriarca de importante família afro-brasileira na costa ocidental africana. Olympio foi primeiro a Vodza, antigo centro de tráfico de escravos próximo a Keta, no território que hoje é Gana, onde se associou a um tio, conhecido tanto por Anjou como por César Cerqueira Lima no tráfico de escravos.<sup>4</sup>

Durante os quinze anos seguintes, Francisco Olympio dedicou-se ao tráfico de escravos em diversas áreas ao longo da costa, próximas a Keta, até estabelecer-se em Porto Seguro (hoje Agbodrafo) no território que hoje é o Togo, onde estabeleceu uma casa comercial, continuando, ao mesmo tempo, as suas atividades no tráfico de escravos. O padre R. P. Borghero, missionário católico da Ordem de Lyon, visitou a casa comercial de Olympio em Porto Seguro, em 1863, e comentou que a localização era perfeita para servir de ponto de embarcação para os escravos. Em 1864, Olympio ainda se encontrava em Porto Seguro e estava incluído na lista dos poucos remanescentes traficantes de escravos de importância na área. Alguns anos depois, um incêndio destruiu o solar da família e a casa comercial. Pouco depois, mudou-se para Agué (hoje no Benin).<sup>5</sup>

Quando Francisco Olympio se mudou para Agué, já havia na cidade uma comunidade afro-brasileira bastante grande. Os primeiros brasileiros tinham chegado por volta de 1835. Sob a liderança de Joaquim d'Almeida, ex-escravo brasileiro, a cidade tornou-se importante centro

---

<sup>4</sup> “Histoire de l’aïeul Francisco Silva Olympio.” Manuscrito não publicado, de posse da autora; Robert Cornevin, *Le Togo des origines à nos jours*, Paris, Académie de Sciences d’Outre-Mer, 1987, p.148; *Le Togo: nation pilote*, Paris, Nouvelles Éditions Latines, 1963, p. 110; sobre a família Cerqueira Lima, ver Pierre Verger, *Bahia and the West African trade, 1549-1851*, Ibadan, Ibadan University Press for the Institute of Africa Studies, 1964, p. 35; Frederick J. Pedler, *The lion and the unicorn in Africa*, London, Heineman, 1974, pp.108-109; Simone de Souza, *La famille de Souza du Benin-Togo*, Cotonou, Les Éditions du Benin, 1991, p. 296; carta de Lucien “Bebi” Olympio à autora, 5 de maio de 1996.

<sup>5</sup> “Histoire de l’aïeul;” Francesco Borghero, Renzo Mandirola e Yves Morel (eds), *Journal de Francesco Borghero, premier missionnaire du Dahomey, 1861-1865*, Paris, Éditions Karthala, 1997, pp. 124-125; Richard Burton, *A mission to Gelele, king of Dahomey*, New York, N.Y., Praeger, 1966, p. 65.

cristão.<sup>6</sup> A primeira igreja católica a estabelecer-se na então Costa dos Escravos foi construída por uma mulher afro-brasileira chamada Venosa de Jesus. Quando a igreja foi destruída por um incêndio, Joaquim d'Almeida fê-la reconstruir em 1845. Durante várias décadas, a principal atividade comercial de Aguê havia sido o tráfico de escravos. Em princípios de 1850, a repressão inglesa ao tráfico de escravos impeliu os afro-brasileiros, que até então se haviam dedicado a este comércio lucrativamente, para atividades comerciais lícitas. Francisco Olympio, que havia recebido uma doação de terras de um dos líderes locais de Aguê por serviços prestados à comunidade durante a guerra com Pequeno-Popo (hoje Anecho, no Togo), veio então a estabelecer uma casa comercial. A partir de então, Aguê passou a ser a sede da família Olympio na África.<sup>7</sup>

Quando Francisco se radicou em Aguê, ele havia eliminado o sobrenome Silva, possivelmente porque o nome lhe lembrava o seu tempo de traficante de escravos ou de homem de cor oprimido no Brasil. Ademais, desde que havia chegado à África, ele havia adotado entusiasticamente o costume local da poligamia. Fundou uma família grande com sete esposas diferentes e, no decorrer do tempo, deu vida a pelo menos vinte e uma crianças. A primeira foi uma menina chamada Agnes, nascida aparentemente logo depois que o pai chegou à África em 1850. A última foi um menino chamado Francisquhoun (Francisquinho), nascido em 1886. A maioria das crianças tinha nomes brasileiros. Uma das suas esposas, talvez a sua principal consorte, era a afro-brasileira Constância Talabi Pereira dos Santos, filha de Antônio Pereira dos Santos, que havia chegado em Aguê por volta de 1836. Teve oito filhos com Olympio, inclusive dois dos seus filhos mais bem-sucedidos: Octaviano e Epiphania.<sup>8</sup>

---

<sup>6</sup> Verger, *Os libertos*, pp. 43-48.

<sup>7</sup> Krasnowolski, *Les Afro-Brésiliens*, p. 101; Samuel Decalo, *Historical dictionary of Togo*, 3ª ed., Lanham, Md., Scarecrow Press, 1996, p. 26; Robert Cornevin, *La République Populaire du Bénin: des origines dahoméennes à nos jours*, Paris, Académie des Sciences d'Outre-Mer, 1981, pp. 135-136; Cornevin, *Le Togo des origines à nos jours*, documento sem título e não publicado, datado de 29 de julho de 1870, explicando como Francisco Olympio obteve as suas terras por serviços prestados durante a guerra entre Aguê e Pequeno-Popo, cópia de posse da autora, "Histoire de l'aïeul."

<sup>8</sup> Carta de Lucien "Bebi" Olympio à autora, 5 de maio de 1996; "Ascendants-descendants-collatéraux de Feu Octaviano Olympio," manuscrito não publicado, de posse da autora.

Os afro-brasileiros haviam construído na costa ocidental da África uma comunidade que refletia a alta sociedade branca da Bahia, onde haviam sido escravos ou escravos libertos sem direitos civis. Tinham grandes grupos familiares, onde o português era o principal idioma e os empregados domésticos escravos eram muitos. Suas residências (*maisons familiales*) foram construídas no estilo arquitetônico barroco brasileiro, graças aos muitos artesãos afro-brasileiros que haviam emigrado para a África.

Francisco Olympio não constituía exceção. Embora o fim do tráfico de escravos, em 1865, tivesse pressagiado uma era de menores recursos para os afro-brasileiros, aparentemente a transição de traficante de escravos para dono de plantação e de casa comercial havia sido fácil para ele. Suas plantações, ao que se sabe, se estendiam por dezenas de quilômetros ao longo da costa de Aguê e Grande-Popo. É bastante provável que ele tivesse começado a utilizar como mão-de-obra nas suas plantações os escravos, que, de outra maneira, teria exportado para o Brasil. Suas empresas mercantis também se desenvolveram gradativamente. Em 1882, Olympio mantinha considerável intercâmbio comercial com a Europa.<sup>9</sup>

Os afro-brasileiros também deram considerável importância à educação dos seus filhos. Os filhos da família Olympio foram educados primeiro localmente em escolas administradas pelos missionários católicos, onde o português era a língua de ensino. Depois Octaviano foi mandado à Nigéria, para continuar os seus estudos e, em seguida, para Londres para estudos em nível superior, em contabilidade e administração de empresas. Seu irmão Epiphany também foi mandado para Londres, para estudar.

---

<sup>9</sup> Catherine Coquery-Vidrovitch, “De la traite de esclaves à l’exportation de l’huile de palme et des palmistes au Dahomey: XIX<sup>e</sup> siècle”, in Claude Meillasoux (ed.) *The development of indigenous trade and markets in West Africa*, London, Oxford University Press, 1971, p. 120; Pierre Verger, *Les afro-américains*, Amsterdam, Sweets & Zeitlinger, 1953; Turner, “Les Brésiliens”, pp. 115-116; Krasnowolski, *Les Afro-Brésiliens*, p. 104; Hugh Thomas, *The Slave Trade*, New York, Simon and Schuster, 1997, p. 696. Francisco Olympio faleceu em 1907. Sua lápide no cemitério em Aguê, Benin, tem a seguinte inscrição em português “À memória do sempre chorado e lembrado Francisco Olympio. Nasceu a 24 de julho de 1833 e faleceu a 24 de julho de 1907, 74 anos d’idade. Seus filhos e filhas mandaram [sic] erigir,” fotografia na coleção pessoal da autora, cortesia de Lucien “Bebi” Olympio.

As filhas provavelmente não eram tão bem educadas como os filhos. Porém também tinham um importante papel a desempenhar para forjar esta nova sociedade. Casavam-se com homens de outras famílias afro-brasileiras, assim fortalecendo os laços da comunidade. Três das filhas de Francisco, Laurinda, Leontina e Délia, casaram-se com homens da família Medeiros, membros de importante família afro-brasileira de Aguê e Uidá (hoje no Benin) — na verdade, os Medeiros eram uma família de origem portuguesa que se integrou na comunidade afro-brasileira.<sup>10</sup>

À medida que desenvolviam sua nova sociedade na região costeira da África, os afro-brasileiros não perdiam de vista o Brasil. Apesar de comerciarem ativamente com a Europa, também mantinham um comércio intenso e lucrativo com o Brasil. Alguns voltavam para ver as famílias e os amigos e outros, com o tempo, regressavam definitivamente. De fato, as lembranças do Brasil, o uso do seu idioma, a celebração das suas festas religiosas constituíam um fator constante na comunidade afro-brasileira na região da costa ocidental africana até meados do século XX.<sup>11</sup>

As novas gerações de afro-brasileiros nascidas e criadas na África estavam imbuídas na tradição do comércio — primeiro, de escravos e, mais tarde, de mercadorias — e conheciam diversos idiomas europeus. Era natural que logo passassem a exercer as funções de agentes para

---

<sup>10</sup> Turner, “Les Brésiliens.” p. 161-62b, 125-27; “Le père Octaviano Olympio,” manuscrito não publicado de posse da autora; carta de Lucien “Bebi” Olympio à autora de 5 de maio de 1996; “Histoire de l’aieul.”

<sup>11</sup> Em 1964, Antonio Olinto, diplomata brasileiro, entrevistou, em português, Epiphanio Olympio, filho de Francisco, na sua casa em Aguê (Antonio Olinto, *Brasileiros na África*, São Paulo, GRD, 1980, pp. 219-220); uma coleção de cartas escritas por José Francisco dos Santos, um comerciante afro-brasileiro de Aguê, entre 1844 e 1871 constitui vasta fonte de informações sobre este intercâmbio (Verger, *Les afro-américains*, p. 53-98). Julio, um dos filhos de Francisco Olympio, nascido na África em 1859, regressou ao Brasil onde ficou permanentemente (carta de Julio Olympio de 17 de janeiro de 1897 do Rio de Janeiro a Francisco Olympio, cópia de posse da autora). A última celebração do “Buriyan” — um festival de origem brasileira — de que se tem notícia foi realizada no Togo em 1947 (cartas de Lucien “Bebi” Olympio à autora em 5 de maio de 1996 e 27 de janeiro de 1997). Palavras de origem portuguesa são utilizadas até nossos dias em Togo: farofa (farinha de mandioca); “ferigna (farinha) kpono” (pão) para pão de farinha de mandioca (Yves Marguerat e Tchetchecou Pelei, *Si Lomé m’était contée... dialogues avec les vieux loméens*, 2, Lomé: Presses de l’Université du Benin, 1993, p. 169).

diversas empresas comerciais européias ao longo da costa. Pelo menos três filhos de Olympio, Francisco (Chico) Jr., César e Octaviano, trabalhavam para a casa comercial britânica A. & F. Swanzy e um outro filho, Epiphanio, para a casa comercial Miller Brothers, sediada em Liverpool.<sup>12</sup>

Em princípios de 1880, começou a desenvolver-se um novo centro mercantil na costa ocidental da África, que passaria a ser muito importante para a família Olympio. Esta pequena aldeia era conhecida pelos europeus como Bey Beach. Porém, em princípios de 1880, esta área começou a ser colonizada por comerciantes Anlo que tomaram posse das terras perto das praias e construíram suas casas comerciais. Em 1881, as empresas mercantis européias também se sentiram atraídas para esta área. Em 1882, Chico Olympio e seu irmão Octaviano foram encarregados pela empresa comercial britânica A. & F. Swanzy de abrir uma filial nesta área.<sup>13</sup> A chegada dos irmãos Olympio em Bey Beach (também conhecida como Lomé), em 1882, seria o primeiro capítulo da história da família na cidade. Chico Olympio faleceu em 1886, porém Octaviano passaria a ser um dos membros mais ilustres da elite comercial e política de Lomé por seis décadas e sob três potências coloniais.

Octaviano, sendo um comerciante astuto, não somente se encarregava dos negócios da firma Swanzy como também imediatamente adquiriu propriedade de valor comercial para uso da família na Rua do Mercado, logo atrás das empresas comerciais européias situadas defronte da praia. Suas duas irmãs mais velhas, Clara e Júlia, que eram solteiras, se encarregavam das atividades comerciais da família.<sup>14</sup>

---

<sup>12</sup> Peddler, *The lion and the unicorn*, p. 108.

<sup>13</sup> Memorando de Acordo, 12 de dezembro de 1882, entre W. H. Williams em nome de Swanzy e Joachim Acolatse, Francisco Olympio Jr., firmou como testemunha; Fonds Allemand (FA)1/601:30, Archives Nationales du Togo (ANT); Yves Marguerat, *Lomé; les étapes de la croissance: une breve histoire de la capitale du Togo*, Paris, Karthala, 1992 p. 10; “Ascendants-Descendants”. Para uma história sobre o desenvolvimento inicial de Lomé, em inglês, ver Peter Sebald, “The development of socio-economic conditions in Lome, the capital of Togo, during the years 1877-1941 and the beginnings of the national liberation movement,” in *Problems of African History and Anti-Colonial Resistance. Asia, Africa, Latin America*, Special Issue n° 2, Berlin, Akademie-Verlag, 1977, p. 36-38.

<sup>14</sup> Peter Sebald, *Togo 1884-1914*, Berlin, Akademie-Verlag, 1988, p. 62.

Em 1884, os alemães haviam assinado um acordo de proteção com um chefe local e haviam estabelecido uma colônia que denominaram Togo. Inicialmente, os alemães estabeleceram sua capital em Baguida, mais tarde transferiram-na para Anecho, porém, em 1897, mudaram-na para Lomé. Octaviano Olympio, que rapidamente estava se tornando um importante comerciante, não teve dificuldades em chegar a um acordo com a nova potência colonial. Antes de tudo, os afro-brasileiros na costa ocidental da África haviam aprendido a ser pragmatistas que comerciariam com qualquer pessoa, se isto levasse a sucesso econômico.<sup>15</sup>

Não obstante, os Olympios não foram os únicos afro-brasileiros a aproveitar o rápido crescimento do comércio em Lomé, em princípios da década de 1880. Em 1884, Domingos de Freitas e um membro da família Medeiros também se mantinham ativos no comércio. Outros afro-brasileiros logo foram empregados em posições oficiais pelos alemães. João (geralmente chamado de Juan pelos alemães) d'Almeida foi empregado como agente alfandegário em 1888 e também tinha uma empresa comercial em Lomé. Outro membro da mesma família, Adolpho d'Almeida, trabalhava como intérprete. Membros da família Souza, descendentes do famoso Chacha de Souza, também foram proeminentes funcionários no Governo alemão. Ignacio de Souza trabalhava como inspetor alfandegário; Augustino de Souza, que viria a ser conhecido como o homem mais rico da África Ocidental, trabalhava como intérprete para os alemães e Felício Marcelino de Souza trabalhava como enfermeiro no hospital alemão.<sup>16</sup>

Os afro-brasileiros já eram bem conhecidos ao longo da costa pela sua capacidade como construtores e artesãos e alguns vieram a exercer suas atividades em Lomé. Os irmãos Aguiar, Damião e Jacintho, eram pedreiros e carpinteiros bastante conhecidos. Jacintho da Silva que havia nascido no Brasil, construiu a primeira capela católica em

---

<sup>15</sup> Arthur J. Knoll, *Togo Under Imperial Germany, 1884-1914: a case study in colonial rule*. Stanford, CA, Hoover Institution Press, 1978, pp. 18-20; Marguerat, *Lomé: les étapes de la croissance*, 1992, pp. 13-14; Sebald, *Togo 1884-1914*, 1988, p. 62; FA 3/315, p. 10; FA 3/313, pp. 71-75 ANT; "Father of the Ewe Unity", *West Africa* (March 10, 1951) p. 207; *Si Lomé m'était contée*, 1, p. 12.

<sup>16</sup> Sebald, *Togo 1884-1914*, 1988, p. 62; FA 3/315:10; FA 3/313:71-75, ANT; "Father of the Ewe Unity", *West Africa*, Mar. 10, 1951, p. 207; *Si Lomé m'était contée*, 1, p. 12.



Lomé em 1892-93. Jose[phu] Santana era um carpinteiro bem conhecido. Outros afro-brasileiros trabalharam como funcionários para as diversas empresas mercantis estabelecidas em Lomé. Assim, os nomes de Cosmos Reis, Francisco Gregório de Souza e B. M. Aguiar constavam de diversas listas alemãs como funcionários.<sup>17</sup>

Outrossim, cumpre destacar a influência afro-brasileira no campo religioso no Togo. Em 28 de agosto de 1892, Octaviano Olympio, já sem dúvida um dos cidadãos mais proeminentes de Lomé, deu as boas-vindas a missionários católicos da Sociedade Alemã do Verbo Divino. Imediatamente, Olympio solicitou que os missionários abrissem uma escola. Uma semana mais tarde, a escola estava funcionando com 25 alunos matriculados. Provavelmente, muitos dos estudantes eram afro-brasileiros. A primeira missa católica foi celebrada em Lomé na semana seguinte, em 4 de setembro de 1892, e um menino afro-brasileiro de 12 anos de idade, Facundo Calêncio Carvalho de Souza, que tinha sido uma das crianças educadas pelos missionários católicos em Anecho, foi coroinha na missa. Um outro membro da família, José Anthonio Kodjovia de Souza, serviu de intérprete para os padres.<sup>18</sup>

Embora a maioria dos afro-brasileiros fosse católica, um dos mais destacados líderes da Igreja Protestante no Togo era afro-brasileiro. Robert Domingos Baeta, filho de João Gonçalves Baeta, que tinha ido com Francisco Olympio do Brasil em 1850, foi treinado na chamada “Escola Ewe” em Westheim, na Alemanha, entre 1897 e 1900 e foi ordenado em 1917. Ele tornou-se responsável pela congregação da Igreja Presbiteriana Evangélica (predecessora da Igreja Ewe), quando o último pastor europeu saiu do Togo em 1921. O pastor Baeta foi descrito como tendo “iniciativa e personalidade” e “a habilidade de lidar com funcionários do governo, quer fossem alemães, britânicos ou franceses.” Foi outro exemplo da famosa adaptabilidade afro-brasileira na costa ocidental africana.<sup>19</sup>

---

<sup>17</sup> *Si Lomé m'était contée*, 2, pp. 59-60, 175; FA 3/313:40; 44; 71-75, ANT.

<sup>18</sup> Karl Muller, *Histoire de l'Église Catholique au Togo*, Lomé, Éditions Librairie Bon Pasteur, 1968, p. 41; Marie-France Lange, *Cent cinquante ans de scolarisation au Togo: bilan et perspectives*, Lomé, Université du Bénin, 1991, p. 31; Souza, *La famille de Souza*, pp. 185, 49.

<sup>19</sup> Hans W. Debrunner, *Presence and prestige, Africans in Europe: a history of Africans in Europe before 1918*, Basel, Basler Afrika Bibliographien, 1979, p. 356; “She translated

Outra facção religiosa, não tão bem conhecida entre os afro-brasileiros no Togo, foi a dos “nagôs.” Estes eram afro-brasileiros muçulmanos de origem iorubá, que vieram a Lomé através da Nigéria e do Benin (então conhecido como Daomé). As famílias Geraldo, Santana e Pereira de Lomé pertenciam a este grupo.<sup>20</sup>

Muitos dos afro-brasileiros no Togo, como eram parte da camada superior “europeizada” da sociedade local, demonstraram interesse em novas técnicas, inclusive fotografia. Os irmãos Aguiar, além de hábeis artesãos, eram proprietários de uma casa comercial e produziam cartões-postais que fazem parte da iconografia histórica do Togo. Fabriano Francisco Olympio, filho de Francisco e irmão de Otaviano, era comerciante e fotógrafo em Lomé. Aparentemente se mudou para a região dos Camarões, uma outra colônia alemã, em princípios do século e, em seguida, regressou para Lomé, onde veio a falecer em 1910. Mais tarde, em princípios da década de 20, C. M. (muito provavelmente Christian Modesto) Santos também trabalhou como fotógrafo em Lomé. Talvez, como resultado deste interesse, filmes fossem trazidos para Lomé por um afro-brasileiro, membro da família Geraldo, em fins da década dos 20.<sup>21</sup>

Enquanto a comunidade afro-brasileira no Togo continuava em expansão, Octaviano Olympio estava se tornando, de longe, o mais rico e mais influente cidadão “autóctone” da cidade. Um dos primeiros investimentos econômicos que efetuou foi estabelecer conexões comerciais com os comerciantes Ussá do Salaga, no território que se tornaria a Costa do Ouro, mais tarde Gana. Em 1887, Olympio influenciou o novo governador alemão Jesko von Puttkamer para expandir a influên-

---

Tolstoy into Ewe”, *West Africa*, (Dec. 30, 1950) p. 1221; Eugene Emil Grau, “The Evangelical Presbyterian Church (Ghana and Togo) 1914-1946: a Study in European Mission Relations Affecting the Beginning of an Indigenous Church” (Doutorado, The Hartford Seminary Foundation, 1964, p. 34.

<sup>20</sup> *Si Lomé m’était contée*, 2, pp. 167-76; Raymond Delval, *Les muçulmans du Togo*, Paris, Publications Orientalistes de France, 1980, pp. 160-161, 163; comunicação pessoal de Yves Marguerat, 28 de maio de 1998.

<sup>21</sup> FA 3/313:43, ANT; Philippe David, “Cartes postales et iconographie ancienne du Togo Allemand”, in Peter Heine e Ulrich van der Heyden, (eds), *Studien zur Geschichte des deutschen Kolonialismus in Africa*, Pfaffenweiler, Centaurus-Verlagsgesellschaft, 1995, p. 168; “Ascendants-Descendants”; *Si Lomé m’était contée*, 2, pp. 78, 73; correio eletrônico de Yves Marguerat para a autora, 25 de março de 1998; obituário de Fabriano Francisco Olympio, cópia na coleção pessoal da autora.

cia colonial alemã no Palime, a fim de proteger as rotas dos comerciantes ussá que se encontravam ainda sob os seus auspícios em Lomé. Era chamado de “Tafianou” (uma corruptela de Octaviano) pelos ussá.<sup>22</sup>

Em 1889, Octaviano Olympio estabeleceu a primeira plantação de coco de Lomé na região nordeste da cidade. A plantação abrangia 90 hectares de terra. Um ano mais tarde, depois de um incêndio haver destruído muitos dos edifícios de Lomé, o administrador alemão da cidade proclamou todas as terras ao nordeste como propriedade do Governo e estabeleceu lá a sua própria plantação de coco. Não obstante, respeitou-se a asserção anterior de Olympio. Já aí ele tinha 12.000 pés de coco plantados. Foi o primeiro togolês a exportar copra extraída dos seus cocos. Copra era a semente seca do coco, da qual se extraía o óleo para produzir sabão, velas e margarina, produtos que estavam em grande demanda na Europa.

Mais ou menos ao mesmo tempo, Octaviano Olympio estabeleceu a primeira — e por muito tempo a única — olaria em Lomé. A operação desta olaria constituiu-se num dos primeiros excelentes exemplos de conservação de energia desde que Olympio utilizou os resíduos da sua plantação de coco para refratar os tijolos. Em 1892, Olympio obteve uma linha de crédito dos Irmãos Swanzy, seus ex-empregadores, mais provavelmente para expandir seu empreendimento comercial na Rua do Mercado. Por volta de 1903, acrescentou a criação de gado a suas atividades econômicas e tinha uma manada com 150 cabeças.<sup>23</sup>

Os investimentos de Octaviano Olympio não se restringiam ao território do Togo. Em 1900, uniu-se aos seus irmãos Epiphanio e César e ao seu cunhado João Amorim, estabelecendo uma plantação de coco na costa próxima a Aguê, que então já se encontrava sob controle colo-

---

<sup>22</sup> Sebald, *Togo 1884-1914*, pp. 68, 71; Michel Agier, *Commerce et sociabilité: les négociants Soudanais du quartier zongo de Lomé (Togo)*, Paris, Éditions de l'Orstom, 1983, pp. 65, 67.

<sup>23</sup> Uma hectarea equivale a 2.471 acres. Sebald, *Togo, 1884-1914*, pp. 103,122; *Dynamique urbaine, jeunesse et histoire du Togo (articles et documents (1984-1993))*, Lomé, Presse de l'Université du Bénin, 1993, p. 67; Knoll, *Togo under imperial Germany*, p. 155; *Si Lomé m'était contée* 3, pp. 135, 187; Acordo entre F&A Swanzy e Octaviano Olympio, 10 de setembro de 1892, cópia na coleção pessoal da autora; “District de Lomé, Rapport Annuel, 1903-04 (de 1º de abril 1903 a 31 de março de 1904).” FA 3/159, p. 21-21, ANT, cortesia de Yves Marguerat.

nial francês. Uma medida do imenso sucesso econômico de Olympio constitui o fato de que, entre 1909 e 1913, ele mais do que duplicou a sua renda de 9.842 marcos, em 1909, para 21.000 marcos, em 1913. Aparentemente, investiu a maior parte da sua riqueza em bens imobiliários. Em 1914, calculava-se o valor de seus terrenos em cidades por todo o Togo em cerca de 750.000 a 1.000.000 de marcos ouro. A diversidade de atividades econômicas lhe seria bastante útil no futuro.<sup>24</sup>

Enquanto Octaviano Olympio diversificava e estabelecia uma situação econômica invejável, outros comerciantes afro-brasileiros sucumbiam sob as severas condições econômicas criadas pelos alemães, que não tinham interesse em encorajar empresários negros nem davam crédito ou outra assistência aos comerciantes locais. A introdução de elevadas taxas de licença de importação-exportação sufocava os comerciantes locais. Um exemplo da dificuldade econômica que afetava afro-brasileiros foi o da firma comercial Irmãos d' Almeida, pertencente a João e Francisco d' Almeida. Situada em Anecho, a companhia empregava sete funcionários e dezesseis trabalhadores em 1899, porém, em 1908, havia sucumbido a dificuldades econômicas e liquidado os seus bens.<sup>25</sup>

As leis alemãs também eram severas, quando se tratava de quaisquer transgressões. Aplicava-se a punição física constantemente. De fato, até Octaviano Olympio, que era um cidadão tão proeminente, foi submetido à chibata, em 1891, pelo encarregado em exercício, Markus Graf von Pfeil, devido a comportamento considerado insolente numa disputa sobre um cavalo. Em 1898, Olympio e dois outros comerciantes afro-brasileiros foram multados por delitos contra leis e ordens de im-

---

<sup>24</sup> Souza, *La famille de Souza*, p. 38; FA 3/3113:2; FA 3/131:68 FA 3/315:10, ANT; somente o governador alemão, que ganhava aproximadamente 30.000 marcos por ano, ganhava mais dinheiro do que Olympio; os demais altos funcionários do governo ganhavam 10.000 e 20.000 marcos, comunicação pessoal de Yves Marguerat; 28 de maio de 1998; Yves Marguerat, "A chacun son 'chez'... Histoire des pratiques fonciers urbaines à Lomé," em *Dynamique urbaine*, p. 76, n.1; Peter Sebald, "The Influence of Early Bourgeois Interests on the Petition Movement in the German Colony of Togo up to 1914", in Thea Buttner (ed.) *Leadership and national liberation movement in Africa. Asia, Africa, Latin America*, Special Issue No. 7, Berlin, Akademie Verlag, 1980:62.

<sup>25</sup> Knoll, *Togo under imperial Germany*, p. 139; Yves Marguerat, "L'acte de naissance du nationalisme togolais; les notables de Lomé face l'administration coloniale", in *Studien zur Geschichte*: 1995: 375n 13, n.14; Marguerat "A chacun son 'chez'", *Dynamique urbaine*, p. 76 n.2; Sebald, *Togo, 1884-1914*, pp. 378, 380.

postos. No ano seguinte, Olympio foi novamente multado, desta vez porque havia feito uma observação que denotava falta de consideração em relação ao Governo colonial alemão. Estas condições levaram a um movimento local para exigir reparação do Governo colonial. Na realidade, estes foram os primeiros passos que levaram a um movimento nativo para exigir melhor tratamento do poder colonial. Este movimento pioneiro nacionalista togolês estava décadas na frente da onda nacionalista que iria passar pela África depois da Segunda Guerra Mundial. Octaviano Olympio destacar-se-ia neste movimento.<sup>26</sup>

O primeiro passo dado neste movimento nacionalista foi uma petição datada de 24 de maio de 1909 e firmada por Octaviano Olympio e Andreas Aku, professor e futuro pastor e líder da Igreja Ewe. A petição foi apresentada ao governador alemão, conde Julius von Zech. A tônica principal foi solicitar tratamento igual perante a lei para a população local; prevenir prisão imediata dos nativos em questões perante as cortes civis e solicitar que, ao invés de dinheiro, fossem permitidos bens como fiança em casos que estivessem sendo julgados perante os tribunais.

No seu relatório sobre a petição, enviado ao Ministério Colonial do Reich, o governador von Zech considerou que esta era “revolucionária”, porém asseverava sua opinião de que os dois signatários eram, não obstante, leais súditos alemães. Sua resposta aos demandantes, uma carta muito longa escrita em alemão e endereçada a Octaviano Olympio, baseava-se no ponto de vista basicamente racista de que os brancos eram inerentemente superiores aos negros e, portanto, tinham que ser tratados diferentemente. Também acreditava que, o fato de a raça branca ser superior permitia que as ofensas perpetradas contra ela fossem julgadas mais severamente que aquelas perpetradas contra a raça negra (e inferior). O governador também ponderava que os mais inteligentes entre os demandantes deviam reconhecer, após devida consideração, que o seu desejo de igualdade sob a lei não era justificado.<sup>27</sup>

---

<sup>26</sup> Knoll, *Togo under imperial Germany*, 1978:80; Sebald, *Togo, 1884-1914*, p. 210; Marguerat, “L’acte de naissance”, p. 368.

<sup>27</sup> Marguerat, “L’acte de naissance”, p. 369; Gouverneur von Zech an den Plantagenbesitzer Oktavio [sic] Olympio in Lomé, June 9, 1909, cópia na coleção pessoal da autora; Sebald, *Togo. 1884-1914*, p. 64.

Quatro anos mais tarde, os líderes nativos de Lomé redigiram uma outra petição, escrita em alemão por Robert Baeta, que, por ter estudado na Alemanha, era fluente no idioma. Esta petição era mais detalhada e ampliava as exigências de justiça apresentada na petição de 1909. Datada de 12 de outubro de 1913, era firmada por uma lista de destacados togoleses e encabeçada pela assinatura de Octaviano Olympio. Apresentava sete solicitações: melhor organização do sistema de justiça no Togo; eliminação do uso de correntes e de chibatas; melhores regulamentos de prisão; inclusão de representantes locais nas reuniões do Conselho do Governo; introdução de um código civil geral nacional; redução do imposto e autorização para livre comércio para comerciantes nativos.

A oportunidade de entregar uma nova petição aos alemães surgiu com a visita oficial do Dr. Wilhelm Solf, secretário de Estado alemão, a Lomé em outubro de 1913. Embora o governador alemão, duque Adolf-Frederich de Mecklenburg tentasse impedir, um grupo de “notáveis” de Lomé, sob a liderança de Octaviano Olympio, investiu contra Solf, quando este tentou entrar no carro, em frente do palácio do governador, para visitar a cidade. O governador ficou nervoso ante tal audácia, porém, finalmente, a petição foi aceita.<sup>28</sup>

O Governo colonial decidiu responder à petição prendendo dezoito comerciantes nativos, entre eles três afro-brasileiros: Octaviano Olympio, A. Almeida e Victorino Pinto da Silveira. Apesar desta resposta áspera, existem indicações de que o governador Mecklenburg tinha tido a intenção de incluir Octaviano Olympio e Andreas Aku no Governo local da colônia. Mas, se de fato estas boas intenções existiam, os acontecimentos se sucederam com excessiva rapidez, para que elas pudessem ser levadas a cabo.<sup>29</sup>

A Primeira Guerra Mundial eclodiu em princípios de agosto de 1914. O Togo alemão capitulou perante os aliados em 26 de agosto,

---

<sup>28</sup> Marguerat, “L’acte de naissance”, pp. 373-374; Debrunner, *A church between Colonial powers*, p. 121. Aparentemente não houve ressentimentos duradouros contra as ações de Mecklenburg. Em 1960 este esteve presente como convidado oficial nas celebrações da Independência de Togo em Lomé. Decalo, *Historical Dictionary*, p. 206; Grau, “The Evangelical Prebyterian Church”, p. 34

<sup>29</sup> Marguerat, “L’acte de naissance”, p. 375 n. 20; Debrunner, *A church between Colonial powers*, p. 121; Sebald, “The influence of the early bourgeois”, p. 65.

mas, mesmo antes desta data — em 7 de agosto —, os alemães haviam batido em retirada de Lomé, que então foi ocupada pelos ingleses. Estes foram recebidos como amigos e não como conquistadores. Por fim, o território do Togo foi compartilhado entre os franceses e os ingleses, com Lomé localizada na zona britânica.<sup>30</sup>

Durante os seis anos em que os ingleses estiveram no Togo, eles instituíram medidas econômicas bem-vindas, tais como suspender a coleta de todos os impostos diretos e taxas de licenças comerciais. O Banco da África Ocidental instalou uma agência em Lomé e começou a efetuar empréstimos para os comerciantes locais, tomando como fiança os produtos exportados para a Inglaterra. Ademais, os ingleses suspenderam as detestadas práticas de punição física e de acorrentar prisioneiros. A ocupação inglesa, ao eliminar obstáculos econômicos ao comércio e proporcionar um ambiente menos restritivo, permitiu que a elite de Lomé, incluindo os afro-brasileiros, voltasse a obter a influência e o *status* que haviam sido restringidos sob os alemães.<sup>31</sup>

Conseqüentemente, não é de se espantar que até o fim da guerra, em 1918, quando os aliados começaram a decidir o que fazer com o Togo, os afro-brasileiros de Lomé estavam decididos a ter os ingleses como a sua nova potência colonial. Octaviano Olympio enviou uma série contínua de telegramas e petições ao Ministério de Assuntos Exteriores, a jornais ingleses e à Liga das Nações, solicitando que o Togo permanecesse sob domínio inglês. Olympio, que liderava a “Comissão em Nome dos Nativos da Togolândia,” estava cômico das discussões sobre o futuro do Togo. Em um telegrama de 12 de setembro de 1919, mencionou os denominados “quatorze pontos” citados pelo presidente Woodrow Wilson, que faziam parte de um discurso a uma sessão conjunta do Congresso Americano em 8 de janeiro de 1918, declarando os termos de paz que os Estados Unidos iriam aceitar.

---

<sup>30</sup> YvesMarguerat, “Histoire et société urbaine: les années anglaises de Lomé (1914-1920), une période méconnue et portant décisive” *Cahier d’Études Africaines* (em preparação, a ser publicado em 1999).

<sup>31</sup> Para informações sobre a rápida conquista do Togo em 1914, ver F. F. Moberly, *Military operations: Togoland and the Cameroons, 1914-1916*. Londres, His Majesty’s Stationery Office, 1931, pp. 5-7, 14-141; Yves Marguerat, “Histoire et société urbaine,” no prelo; Sebald, *Togo 1814-1914*, p. 598; Marguerat, “L’acte de naissance”, p. 376, n.31.

Wilson asseverou no seu discurso que “A época de conquista e de engrandecimento passou” e que “um ajuste livre, liberal e absolutamente imparcial de todos as reivindicações coloniais, baseado na estrita observância do princípio que ao determinar todas estas questões de soberania os interesses das populações em questão devem ter a mesma ponderação que as exigências equitativas que as do governo cujo direito está por ser determinado.” Octaviano Olympio interpretou que as declarações antiimperialistas de Wilson significavam que as opiniões dos povos colonizados da África sobre o seu futuro deviam ser ouvidas. Ele possuía suficiente discernimento político para tentar utilizar este conhecimento para influenciar decisões sobre o futuro do Togo que estavam tendo lugar na Europa.<sup>32</sup>

Porém, apesar das petições e dos pontos de vista antiimperialistas de Wilson, um acordo entre a França e a Inglaterra, em julho de 1919, colocou o Togo sob controle francês. Em 30 de setembro de 1920, os franceses chegaram a Lomé para assumir o novo poder colonial. No dia seguinte, Octaviano Olympio, mais uma vez demonstrando o famoso pragmatismo, comum a todos os afro-brasileiros na costa ocidental da África, pronunciou o discurso de boas-vindas. Não obstante, sua atitude em relação aos franceses foi considerada “extremamente fria.” Com o tempo, o governador Auguste François Bonnacarrère, que chegou no Togo em 1922, conquistou seu compromisso de fidelidade. Olympio aí já era respeitado pelos franceses como o líder nativo mais importante no Togo, não somente devido à sua considerável fortuna como também à grande influência que exercia sobre a população nativa e sobre os chamados “elementos evoluídos da população.” Apesar da sua avançada idade — 61 anos —, estudou o francês, que chegou a entender bem.

Em 1922, Bonnacarrère constituiu um “Conseil de Notables” em Lomé. Esta foi uma definitiva inovação no âmbito da prática colonial

---

<sup>32</sup> Marguerat, “Histoire et société urbaine,” no prelo; Telegrama de Octaviano Olympio a Horatio Botoomley, Londres, 12 de setembro de 1919, R20, 1/3099, Doc. 4900, Arquivos e Unidade de Coleções Históricas da Liga das Nações, Biblioteca das Nações Unidas, Genebra, Suíça. O arquivo R20, 1/3099, doc. 4900 nos Arquivos da Liga das Nações contém três telegramas firmados por Olympio; os arquivos CO 96/599/66055 e CO 96/607/4048 no Arquivo Público, Kew, Inglaterra, contém três telegramas firmados por Olympio. Woodrow Wilson, *The messages and papers of Woodrow Wilson*, Albert Shaw, editor, New York, Review of Reviews Corporation, 1924, pp. 467-468.



francesa: uma junta consultiva constituída de cidadãos “de destaque” da cidade, que assessoravam os franceses em assuntos tais como impostos, obras públicas e o orçamento. Octaviano Olympio era um membro do primeiro “Conselho” juntamente com onze outros cidadãos “de destaque”, quatro deles afro-brasileiros: Felício de Souza, Augustino de Souza, pastor Robert Baeta e Henri Mensah de Souza. Em 1924, Octaviano Olympio confirmou sua fidelidade à França, viajando para Paris, após ter ido a Londres visitar a exposição colonial.<sup>33</sup>

Octaviano Olympio estava, então, no auge da sua vida; com sessenta e poucos anos, tinha conseguido amealhar considerável riqueza. Finalmente, era totalmente reconhecido como líder pela potência colonial e foi-lhe dada a devida responsabilidade — passaria a fazer parte do “Conseil de Notables” de Lomé a partir do seu início em 1922, permanecendo até 1935. Também seria convidado a fazer parte do “Conseil d’Administration du Territoire”, juntamente com o pastor Robert Baeta. A tempo, seria devidamente honrado pelas suas realizações. Os franceses conceder-lhe-iam, inclusive, diversas condecorações: “Chévalier du Mérite Agricole”, em 1925; “Chévalier de la Légion d’Honneur”, em 1927, e “Officier du Mérite Agricole”, em 1931.<sup>34</sup>

Octaviano Olympio também provou ser um pai prolífico como havia sido o seu próprio pai. Ao mesmo tempo em que estabelecia a sua fortuna e adquiria posição de liderança, teve 24 filhos com diversas

---

<sup>33</sup> Comunicação pessoal de Yves Marguerat, 28 de maio de 1998; Decalo, *Historical Dictionary*, pp. 96-97; Marguerat, “Histoire et société urbaine”, no prelo; “Continuité et renouvellement du Conseil des Notables”, manuscrito não publicado, cortesia de Yves Marguerat; Bonnecarrère ao Ministro de Colônias [França], 28 de junho de 1924, fotocópia na coleção da autora; “French Methods in Togoland”, *West Africa*, 4 de outubro de 1924:1056B-57; Octaviano Olympio demonstrou seu total apoio aos franceses quando doou 10.000 francos em 1938 para a construção de um monumento em honra de Georges Clemenceau. A sua foi a maior doação efetuada por um togolês. Augustino de Souza e Felício de Souza doaram 5.000 francos respectivamente, recibo do depósito do Banque de l’Afrique occidentale no montante de 10.000 francos, efetuado por Octaviano Olympio, com data de 25 de julho de 1938, cópia na coleção pessoal da autora; comunicação pessoal de Yves Marguerat, 8 de junho de 1998.

<sup>34</sup> “Continuité et renouvellement”; Silivi d’Almeida-Ekue, *La révolte des loméennes, 24-25 janvier 1933*, Les nouvelles éditions africaines du Togo, 1992, p. 85; Ministre de l’Agriculture [França] a Octaviano Olympio, 10 de março de 1925; Ministre de Colonies [França] a Octaviano Olympio, 23 de fevereiro de 1925; Ministre de l’Agriculture [França] a Octaviano Olympio, 9 de janeiro de 1931; cópias na posse da autora.

mulheres. Alguns de seus filhos chegariam a posições de destaque. O seu filho mais velho, Agostinho, seria um importante plantador no país vizinho de Daomé e seria eleito “Chef de Canton” para Aguê em 1937. Um outro filho, Pedro, seria o primeiro médico togolês formado na Europa e abriu uma clínica médica particular em Lomé, passando, mais tarde, a ser político e embaixador. O filho mais jovem, Luciano (Lucien Bebi), nascido em 1931, quando o seu pai já tinha 72 anos de idade, formou-se em advogado na França e chegou a ser procurador geral da Corte Suprema do Togo.<sup>35</sup>

Octaviano Olympio continuou a exercer considerável poder político e econômico até a sua morte em 1940, aos 81 anos. Além de ser membro do “Conseil des Notables” e do “Conseil d’Administration”, também se tornaria membro da Câmara de Comércio e de várias comissões que estudavam assuntos variados, como o que constituía a cidadania togolesa e os costumes locais togoleses.<sup>36</sup>

Durante o mais de quarto de século de existência do “Conseil des Notables”, sete afro-brasileiros dele fizeram parte. Além dos cinco membros do “Conseil” original, Jacintho Aguiar, que foi identificado como “chef de quartier” (chefe distrital) e Modesto dos Santos, que havia chegado em Lomé em 1896 e que era comerciante e fazendeiro, também haviam feito parte do “Conseil” em fins da década dos 20.

Anecho, o outro reduto afro-brasileiro no Togo, também tinha sete representantes da comunidade como membros do seu “Conselho”: Amah d’Almeida, Jorge d’Almeida, Ildefonso d’Almeida, Akuete da Silveira, Kuakuvi da Silveira, Cosmos da Silveira e Antonio de Souza. Todos eram descendentes de proeminentes homens afro-brasileiros de uma geração anterior, tais como o “Chacha” Francisco de Souza, Pedro “Codgio” da Silveira e Pedro d’Almeida.<sup>37</sup>

---

<sup>35</sup> “Ascendants-Descendants”; carta de Lucien “Bebi” Olympio, 5 de maio de 1996; Decalo, *Historical Dictionary*, pp. 222-223.

<sup>36</sup> Seti Yao Gbedemah, “La politique d’association au Togo sous mandat de la France”, (Doutorado em História, Universidade de Provence, Aix-en-Provence, 1984), 2:317, 320.

<sup>37</sup> Gbedemah, “La politique d’association”, 1982, 1:434; 2:495, 447, 453; Fio Agbanon II, *Histoire de Petit-Popo et du Royaume Guin (1934)*, Paris, Karthala; Lomé: Éditions Haho, 1991, p. 46.

Porém a participação na política local não significava que a comunidade afro-brasileira estivesse coesa na sua perspectiva referente a assuntos políticos. Isto ficou claramente demonstrado quando uma insurreição convulsionou Lomé em 1934 e membros da comunidade afro-brasileira tomaram partidos opostos na disputa. Esta insurreição, que estava diretamente ligada à crise econômica mundial que havia causado um colapso no comércio dos principais produtos de exportação do país, havia sido provocada pela medida incauta das autoridades coloniais de impor novos impostos à população. Estes impostos tornaram-se especialmente onerosos para as feirantes de Lomé que tinham, pela primeira vez, que pagar um imposto de capitação (por cabeça), além da habitual licença comercial.

A depressão econômica havia feito com que a população nativa não tivesse confiança na elite que a representava, aí incluído Octaviano Olympio. O “Conseil des Notables” estava sendo denominado zombeteiramente pelo apelido inglês “not able” (incapaz) e considerado pela população em geral como sendo demasiado conciliatório com o poder colonial.<sup>38</sup>

Desde 1925, o “Conselho” havia sido eleito pelos “Chefs de quartier” (chefes distritais) e os “Chefs de famille” (chefes de família) de Lomé. Durante a crise econômica, alguns membros deste colégio eleitoral haviam formado a “União cooperativa dos chefes de família de Lomé” (L’union coopérative des chefs de famille de Lomé) ou, como eram conhecidos na boca do povo, “Les Duawo” (“o povo” no idioma local). Os membros do grupo apresentavam-se como representantes da população nativa e se propunham a servir de intermediários entre ela e o “Conseil”, e as autoridades coloniais francesas. A liderança do movimento incluía pelo menos dois membros da comunidade afro-brasileira: Innocencio d’Almeida e Antonio de Freitas.<sup>39</sup>

Para os franceses, os “Duawo” eram simplesmente uma sociedade secreta e, conseqüentemente, uma organização ilegal. Quando as autoridades encarceraram os líderes da organização em janeiro de 1934,

---

<sup>38</sup> D’Almeida-Ekue, *La revolte de loméennes*, 1992, p. 35.

<sup>39</sup> *Ibidem*.

ecloidiu uma revolta popular, durante a qual a vida de Octaviano Olympio foi ameaçada.<sup>40</sup>

A década dos trinta havia colocado em primeiro plano uma nova geração de afro-brasileiros no Togo. Pedro Olympio, o médico, filho de Octaviano Olympio, além de exercer a sua profissão médica, em 1932 foi nomeado membro da “Commission municipale de Lomé.” Outros membros desta mesma comissão eram o jovem professor afro-brasileiro Paulin Jacinto Kofi de Freitas e Felício de Souza, que anteriormente havia sido membro do “Conseil des Notables”. Em 1938, Sylvanus Olympio, filho de Epiphânio e sobrinho de Octaviano, foi nomeado agente geral da United Africa Company no Togo. Em 1936, ele havia sido convidado pelos franceses para ser vice-presidente do “Cercle des amitiés françaises,” uma organização cujo objetivo era unir os membros de todas as camadas da sociedade togolesa — cidadãos franceses, “notables,” “évolués” e chefes tradicionais — e tinha a intenção implícita de propagar a civilização francesa. Ironicamente, esta organização tornar-se-ia o embrião do partido político que levaria o Togo à independência da França. Estes nomes devem ser lembrados, pois tornar-se-iam da máxima importância nos próximos acontecimentos da história togolesa.<sup>41</sup>

Após o advento da Segunda Guerra Mundial, em setembro de 1939, o Togo tornar-se-ia uma arena de tramas políticas para os aliados (representados pelos ingleses na vizinha Costa do Ouro e pela facção a favor de Pétain em Lomé). Embora a população nativa se mostrasse principalmente desinteressada pelos “assuntos dos brancos,” os “notables” tomaram os seus partidos. A família Olympio parece ter simpatizado com a causa aliada e era considerada a favor dos ingleses. Sylvanus Olympio foi preso pelo governador a favor de Pétain em Lomé, em 1942, e posto sob vigilância num hotel em Djougou, em Daomé, durante diversas semanas.

---

<sup>40</sup> D’Almeida-Ekue, *La révolte de loméénes*, pp. 99-105; Gbedemah, “La politique d’association”, 2:155.180.

<sup>41</sup> Gbedemah, “La politique d’association”, 1982, 2:286-287; Ogma Wen’saa Yagla, *Les indigènes du Togo à l’assaut du pouvoir colonial, 1920-1958: l’histoire politique d’un peuple africain*, Lomé, Les Nouvelles Éditions Africaines du Togo, 1992, p. 87, n.65, 52; Sédo M. Amlalo and Théodore K. Gatowonou, “L’organisation administrative de Lomé de 1897 a nos jours”, in *Le centenaire de Lomé, capitale du Togo (1897-1997)*, (Lomé, Presses de l’UB, 1998, p. 114); Atsutse Kokouvi Agboli, *Sylvanus Olympio, un destin tragique*, Abidjan, Côte d’Ivoire, Livre Sud; Sénégal, NEA, 1992, pp. 62, 63, 64.

Sua prisão viria afetar para sempre o seu relacionamento com os franceses.<sup>42</sup>

Em maio de 1945, após a vitória dos aliados na Europa, o novo governador francês no Togo, Jean Noutary, organizou uma conferência em Lomé para determinar, entre outros assuntos, o futuro nível de participação nativa no Governo local, a industrialização da colônia e o seu desenvolvimento social. Pelo menos três afro-brasileiros, Sylvanus e Pedro Olympio e Jacinto da Silva foram membros desta conferência. Sylvanus Olympio dominou as discussões. Esta conferência se constituiu em um dos foros iniciais para seus extraordinários dons de oratória.

Em determinado momento dos debates, Sylvanus Olympio declarou, sem deixar dúvidas, como ele via a identidade do Togo como país: “Queremos continuar a ser togoleses [e] queremos evoluir no nosso próprio meio. Temos uma história [,] temos um (...) idioma [e] temos interesse que os nossos filhos [os] aprendam.” A conferência foi considerada de grande significado histórico para o Togo, pois possibilitou um foro para o nascente nacionalismo do povo togolês.<sup>43</sup>

O crescimento político do Togo continuou com a formação dos partidos políticos e as eleições em todo o país, em outubro de 1945. Mas a independência total da França não seria obtida senão quinze anos mais tarde, em 27 de abril de 1960. Na direção de um governo togolês totalmente independente estaria um afro-brasileiro de segunda geração, nascido na África em 1902, neto do baiano Francisco Olympio da Silva, que primeiro havia chegado à África mais de cem anos atrás. Este afro-brasileiro que, combinava no seu nome, como que para demonstrar o alcance da sua herança étnica, tanto a sua origem brasileira como a africana, era Sylvanus Epiphanio Kwami Olympio.<sup>44</sup>

---

<sup>42</sup> Yves Marguerat, “L’apparition de la vie politique (1940-1946)”, in N. L. Gayibor, *Les togolais face à la colonisation*, Lomé, Presses de l’UB, 1994, pp. 59,61; Kokouvi Agboli, *Sylvanus Olympio*, p. 65.

<sup>43</sup> Marguerat, “L’apparition”, pp. 70-71; Kokouvi Agboli, *Sylvanus Olympio*, p. 66.

<sup>44</sup> Marguerat, “L’apparition”, p. 74; Souza, *La famille de Souza*, p. 71; Gbedemah, “La politique d’association”, 4:307.

